

**SELEÇÃO PÚBLICA DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO
REMUNERADO DE NÍVEL SUPERIOR**

**CADERNO DE PROVA
DIREITO**

DATA DA PROVA 18/09/2026

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 6ª REGIÃO 2026

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 40 (quarenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 01 a 05.

A urgência que perdeu a voz

Na unidade em que começou a estagiar, Rafael encontrou a palavra "urgente" em quase todos os e-mails. Havia urgência para conferir um endereço, urgência para localizar um anexo e urgência até para decidir qual tarefa era realmente urgente. De tanto ser convocada, a palavra já parecia cansada, e quase ninguém lhe dava atenção.

Com o tempo, Rafael percebeu que a pressa também pode ser uma forma de desorganização. Quando tudo recebe prioridade máxima, a prioridade deixa de orientar as escolhas. Por isso, antes de iniciar uma tarefa, ele passou a verificar o prazo, a consequência da demora e a etapa processual em que o caso se encontrava.

A rotina não ficou mais lenta. Ficou menos ruidosa. O trabalho continuou exigindo rapidez, mas a rapidez deixou de ser confundida com atropelo. No fim, o que mais economizava tempo era justamente o minuto gasto para decidir por onde começar.

Banca Elaboradora

1. A partir da progressão das ideias no texto, assinale a alternativa que apresenta a sua ideia principal.

A) A eficiência da unidade depende de que toda comunicação seja marcada como urgente, pois a repetição do aviso acelera o início das tarefas.

B) A demora resulta principalmente da quantidade de e-mails recebidos, motivo pelo qual a triagem deve seguir a ordem de chegada das mensagens.

C) A rapidez exige o início imediato de cada tarefa, ainda que o prazo, a consequência da demora e a etapa processual sejam examinados depois.

D) A organização do trabalho exige critérios para definir prioridades, pois classificar indistintamente as tarefas como urgentes esvazia a utilidade dessa classificação.

E) A análise prévia dos prazos reduz a velocidade da rotina, embora evite ruídos e facilite a comunicação entre os integrantes da unidade.

2. Considere o período: "Quando se definem as prioridades com critérios objetivos, organizam-se as tarefas com maior segurança." Segundo a análise sintática da norma-padrão, assinale a alternativa CORRETA sobre as duas ocorrências do termo "se".

A) Na primeira oração, o termo "se" indetermina o sujeito da ação, enquanto, na segunda, retoma reflexivamente o substantivo "tarefas".

B) Na primeira oração, o termo "se" funciona como partícula apassivadora, enquanto, na segunda, indetermina o sujeito do verbo "organizar".

C) Nas duas orações, o termo "se" funciona como partícula apassivadora, e os verbos concordam com os respectivos sujeitos pacientes.

D) Nas duas orações, o termo "se" indetermina o sujeito, e o plural verbal decorre da atração exercida pelos objetos diretos.

E) Na primeira oração, o termo "se" integra o verbo "definir", enquanto, na segunda, introduz uma oração subordinada substantiva.

3. No primeiro parágrafo, o trecho "De tanto ser convocada, a palavra já parecia cansada" contribui para a construção do tom do texto. Assinale a alternativa que identifica a figura de linguagem predominante e o efeito produzido.

A) Metonímia, pois a palavra "urgente" substitui os profissionais responsáveis pela classificação das tarefas recebidas pela unidade judiciária.

B) Hipérbole, pois o cansaço atribuído à palavra amplia a quantidade real de atividades encaminhadas diariamente aos integrantes da unidade.

C) Eufemismo, pois a formulação suaviza os prejuízos decorrentes da demora no cumprimento das tarefas consideradas prioritárias.

D) Antítese, pois a palavra "cansada" estabelece uma oposição entre a rapidez pretendida e a lentidão verificada na execução das atividades.

E) Personificação, pois a palavra recebe uma característica humana, o que evidencia o desgaste de sentido provocado por seu emprego excessivo.

4. Assinale a alternativa integralmente CORRETA quanto à ortografia oficial e à acentuação gráfica.

A) Naquele dia, o estagiário pôde rever a ideia e explicar por que a tarefa havia recebido prioridade.

B) Naquele dia, o estagiário pode rever a idéia e explicar porque a tarefa havia recebido prioridade.

C) Naquele dia, o estagiário pôde revêr a ideia e explicar porquê a tarefa havia recebido prioridade.

D) Naquele dia, o estagiário pôde rever a idéia e explicar por quê a tarefa havia recebido prioridade.

E) Naquele dia, o estagiário pode rever a ideia e explicar porquê a tarefa havia recebido prioridade.

5. Considere o período: "Os servidores que classificaram corretamente as tarefas evitaram atrasos." Com relação ao emprego da oração iniciada pelo pronome relativo "que", assinale a alternativa CORRETA.

A) A ausência de vírgulas confere valor explicativo à oração e informa que a totalidade dos servidores classificou corretamente as tarefas.

B) A ausência de vírgulas confere valor restritivo à oração e delimita o grupo de servidores ao qual se atribui a ação de evitar atrasos.

C) A presença ou a ausência de vírgulas preservaria o mesmo sentido, pois a oração acrescenta uma informação acessória sobre os servidores.

D) A ausência de vírgulas confere valor causal à oração e indica o motivo pelo qual os atrasos foram evitados na unidade.

E) A oração iniciada pelo pronome relativo exerce a função de objeto direto e completa o sentido da forma verbal "evitaram".

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

6. Uma universidade pública exige, com fundamento em lei, diploma e registro profissional para admitir um candidato em cargo cujo exercício pressupõe qualificação específica. O art. 5º, XIII, da Constituição Federal assegura a liberdade profissional, atendidas as qualificações estabelecidas em lei. É CORRETO afirmar que:

A) a norma possui eficácia limitada de princípio programático, pois dirige ao Estado uma finalidade social realizável por políticas públicas de qualificação profissional.

B) a norma possui eficácia limitada de princípio institutivo, pois a liberdade profissional depende da regulamentação de cada atividade para produzir efeitos jurídicos.

C) a norma possui eficácia contida e aplicabilidade imediata, embora a lei possa restringir seu alcance mediante qualificações autorizadas pela própria Constituição.

D) a norma possui eficácia plena, pois a reserva legal disciplina procedimentos administrativos, mas preserva integralmente o alcance material da liberdade profissional.

E) a norma possui eficácia exaurida, pois a regulamentação posterior incorpora o comando constitucional e passa a constituir seu fundamento normativo direto.

7. Na análise dos limites impostos à reforma constitucional, marque V para verdadeiro ou F para falso.

() O poder constituinte originário inaugura uma nova ordem jurídica e caracteriza-se, sob o enfoque jurídico-positivo, como inicial, autônomo e incondicionado.

() O poder constituinte derivado reformador submete-se aos limites procedimentais, circunstanciais e materiais previstos pela Constituição que lhe confere fundamento.

() Uma proposta de emenda constitucional pode ser deliberada durante o estado de defesa quando a urgência da matéria for reconhecida por três quintos de cada Casa.

() A matéria constante de proposta rejeitada pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa quando subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) F - V - F - V.

B) V - F - V - F.

C) V - F - F - V.

D) F - F - V - V.

E) V - V - F - F.

8. Uma associação civil, legalmente constituída e em funcionamento há dezoito meses, pretende defender direito líquido e certo de parte de seus associados, diretamente ligado às finalidades previstas no estatuto. Com relação ao mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa que apresenta a regra CORRETA.

A) A associação pode defender direitos coletivos indivisíveis, enquanto os direitos individuais homogêneos ficam reservados às ações propostas por cada associado.

B) A associação precisa demonstrar que cada associado participou da deliberação interna, ainda que o estatuto já contemple a defesa judicial da categoria.

C) A associação pode impetrar o mandado após seis meses de funcionamento, desde que demonstre urgência e pertinência temática com seus fins estatutários.

D) A associação atua como substituta processual e dispensa autorização especial, podendo defender direitos da totalidade ou de parte dos associados.

E) A associação atua por representação processual e deve juntar autorização individual, além da relação nominal dos associados alcançados pelo pedido.

9. Um Município aprovou uma lei que fixa o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados em seu território. A norma foi questionada sob o argumento de que a disciplina do comércio pertence a outro ente federativo. Marque a alternativa CORRETA sobre a repartição constitucional de competências.

A) O Estado pode fixar os horários municipais por sua competência residual, cabendo às leis locais regulamentar os detalhes de cada atividade.

B) O Município depende de autorização em lei complementar federal, pois a matéria exige delegação legislativa específica para alcançar os estabelecimentos privados.

C) O Município pode fixar o horário do comércio local, pois a matéria integra sua competência legislativa sobre assuntos de interesse local.

D) A União deve estabelecer o horário do comércio, pois a matéria integra sua competência privativa para legislar sobre direito comercial.

E) A competência pertence concorrentemente à União e aos Estados, cabendo ao Município reproduzir a norma geral editada pelo ente estadual.

10. Sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

I. Um órgão fracionário de tribunal viola a cláusula de reserva de plenário ao afastar a incidência de uma lei com fundamento constitucional, ainda que evite declarar formalmente sua inconstitucionalidade.

II. Uma lei municipal pode ser impugnada diretamente perante o Supremo Tribunal Federal por ação direta de

DIREITO – GRADUAÇÃO

inconstitucionalidade quando o parâmetro indicado for a Constituição Federal.

III. Uma arguição de descumprimento de preceito fundamental pode alcançar atos normativos anteriores à Constituição, desde que esteja atendido o requisito da subsidiariedade.

IV. Uma ação declaratória de constitucionalidade pode ter por objeto uma lei ou um ato normativo federal diante de controvérsia judicial relevante sobre sua aplicação.

V. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade em ação do controle concentrado exige voto favorável de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal.

Marque a opção que apresenta apenas afirmativas CORRETAS.

A) II, III e V.

B) II, IV e V.

C) I, III e IV.

D) I, II e IV.

E) I, IV e V.

11. Um órgão cultural pretende contratar um cantor consagrado pela opinião pública. A documentação inclui um contrato que atribui a determinada empresa, por três anos, a representação exclusiva do artista em todo o Estado, além de uma carta emitida para confirmar a apresentação pretendida. Assinale a alternativa que apresenta o fundamento CORRETO da contratação direta.

A) A contratação ocorre por dispensa de licitação, pois a consagração pública do artista substitui a competição e autoriza a escolha motivada pela Administração.

B) A contratação ocorre por inexigibilidade com fundamento na carta do evento, pois a representação restrita à apresentação demonstra a exclusividade necessária.

C) A contratação ocorre por dispensa, desde que uma pesquisa de opinião confirme a preferência social pelo artista e a compatibilidade do preço proposto.

D) A contratação ocorre por diálogo competitivo, pois a escolha artística pressupõe interação com interessados para definir a proposta cultural do órgão.

E) A contratação ocorre por inexigibilidade, pois a consagração do artista e o contrato demonstram a exclusividade permanente e contínua da representação empresarial.

12. A respeito das formas de organização da atividade administrativa, correlacione a Coluna II de acordo com a Coluna I.

Coluna I

1. Centralização.

2. Descentralização por outorga.

3. Descentralização por delegação.

4. Desconcentração.

Coluna II

() Distribuição interna de competências entre órgãos integrantes da mesma pessoa jurídica.

() Transferência legal da titularidade e da execução de uma atividade a outra pessoa jurídica administrativa.

() Desempenho da atividade pelo próprio ente político por meio dos órgãos que compõem sua estrutura.

() Transferência da execução de uma atividade a um particular, por contrato ou ato administrativo, com preservação da titularidade estatal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) 3 - 1 - 4 - 2.

B) 4 - 2 - 1 - 3.

C) 4 - 3 - 2 - 1.

D) 2 - 4 - 1 - 3.

E) 1 - 2 - 3 - 4.

13. Uma sociedade de economia mista, com capital majoritariamente público, tem por objeto exclusivo a prestação de serviço público próprio do Estado em regime não concorrencial. Uma lei atribui à entidade atividades de fiscalização e aplicação de multas relacionadas ao serviço. É CORRETO afirmar que:

A) a delegação pode abranger o poder de polícia, pois foi instituída por lei e a entidade presta serviço público em regime alheio à concorrência.

B) a delegação resulta do estatuto social aprovado pelo acionista controlador, desde que a entidade mantenha estrutura técnica própria para fiscalizar e sancionar os usuários.

C) a delegação alcança atos de consentimento e fiscalização, enquanto a aplicação de multas permanece reservada aos órgãos administrativos de direito público.

D) a delegação admite capital privado majoritário quando a entidade integra a Administração indireta e exerce atividade econômica submetida à regulação estatal.

E) a delegação depende de contrato administrativo, pois a personalidade de direito privado exige ajuste bilateral específico para transferir atividades sancionatórias.

14. No âmbito da Administração Pública federal, uma autoridade praticou ato em matéria cuja competência era delegável, embora ainda faltasse a delegação formal. Também foi adotada forma diversa da prevista internamente, mas a lei não a qualificava como essencial. A finalidade, o motivo e o objeto permaneceram válidos, e o ato não causou lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Assinale a alternativa que indica a providência CORRETA.

A) A Administração deve anular integralmente o ato, pois os defeitos de competência e forma impedem o aproveitamento dos efeitos anteriormente constituídos.

B) A Administração deve revogar o ato por conveniência, atribuindo efeitos prospectivos à retirada e preservando os resultados produzidos até a decisão.

DIREITO – GRADUAÇÃO

C) A Administração deve reconhecer a caducidade do ato, pois a divergência formal retira sua compatibilidade com a disciplina administrativa vigente.

D) A Administração deve cassar o ato, pois a ausência de delegação caracteriza descumprimento posterior de condição imposta ao beneficiário.

E) A Administração pode convalidar o ato, suprindo defeitos sanáveis de competência e forma e preservando os efeitos produzidos desde sua edição.

15. Sobre a improbidade administrativa depois das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. O enquadramento nos arts. 9º, 10 e 11 exige vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado, sendo insuficiente a mera voluntariedade da conduta.

II. O ato previsto no art. 10 exige perda patrimonial efetiva e comprovada para produzir responsabilização por lesão ao erário.

III. A culpa grave permite o enquadramento no art. 10 quando a conduta do agente público produzir prejuízo patrimonial de elevada extensão.

IV. As sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato reconhecida na decisão.

V. A sentença de improcedência submete-se à remessa necessária em razão da tutela do patrimônio público envolvido na demanda.

Marque a opção que apresenta apenas afirmativas CORRETAS.

A) I, II e IV.

B) I, III e V.

C) I, IV e V.

D) II, III e IV.

E) II, IV e V.

16. Na análise da personalidade e da capacidade civil, marque V para verdadeiro ou F para falso.

() A personalidade civil começa com o nascimento com vida, e a lei resguarda, desde a concepção, os direitos do nascituro.

() A pessoa menor de dezesseis anos é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

() A deficiência intelectual ou mental, por si só, enquadra a pessoa adulta entre os absolutamente incapazes.

() A emancipação concedida pelos pais, por instrumento público, ao filho que completou dezesseis anos independe de homologação judicial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) F - V - F - V.

B) F - F - V - V.

C) V - F - F - V.

D) V - V - F - V.

E) V - F - V - F.

17. Com relação à prescrição e à decadência no Código Civil, assinale a alternativa que apresenta a regra CORRETA.

A) Os prazos prescricionais podem ser ampliados por convenção escrita, quando o ajuste ocorrer depois do nascimento da pretensão entre partes capazes.

B) A renúncia à prescrição pode ocorrer antes de sua consumação, desde que seja expressa e preserve os interesses patrimoniais de terceiros.

C) A interrupção da prescrição pode ser promovida sucessivamente pelo mesmo credor, desde que cada providência ocorra antes do encerramento do prazo reiniciado em cada ocasião.

D) A decadência convencional deve ser conhecida de ofício pelo juiz, pois o decurso do prazo extingue o direito potestativo discutido pelas partes.

E) A renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita após consumada, resguardados os direitos de terceiros, e os prazos prescricionais são inalteráveis por convenção.

18. Um terceiro juridicamente alheio à obrigação paga a dívida em nome próprio, apesar da oposição do devedor. Depois, fica demonstrado que o devedor possuía defesa capaz de afastar integralmente a cobrança realizada pelo credor. É CORRETO afirmar que:

A) o pagamento torna-se ineficaz perante o credor, pois a oposição do devedor impede a atuação de terceiro estranho ao vínculo obrigacional originário.

B) o terceiro recebe direito de regresso limitado à metade do valor pago, pois a oposição do devedor reparte entre ambos os efeitos patrimoniais da cobrança.

C) o pagamento extingue o crédito perante o credor, mas o terceiro perde o reembolso porque o devedor possuía defesa eficaz contra a cobrança.

D) o terceiro assume a posição do credor por sub-rogação legal e pode exigir do devedor o valor integral acrescido dos encargos originalmente pactuados.

E) o terceiro adquire direito imediato ao reembolso e aos juros da obrigação, embora a sub-rogação dependa de cessão formal celebrada pelo credor.

19. Um proprietário celebrou escritura pública de compra e venda de um imóvel com a primeira adquirente, que pagou o preço, mas não recebeu a posse nem levou o título a registro ou prenotação. Depois, o alienante vendeu o mesmo bem a uma segunda adquirente de boa-fé, cujo título regular foi registrado primeiro. Marque a alternativa CORRETA sobre a aquisição da propriedade imobiliária.

A) As duas adquirentes tornam-se coproprietárias em partes iguais, pois cada negócio reuniu elemento juridicamente relevante para a aquisição da propriedade imobiliária.

DIREITO – GRADUAÇÃO

B) A primeira adquirente conserva prioridade real pela anterioridade do contrato, cabendo ao registro posterior confirmar a aquisição anteriormente aperfeiçoada perante terceiros.

C) A primeira adquirente tornou-se proprietária com o pagamento do preço, e a ausência de posse mantém a eficácia real da primeira alienação.

D) A segunda adquirente adquire a propriedade com o registro, enquanto a primeira conserva pretensões pessoais decorrentes do inadimplemento do alienante.

E) A primeira adquirente tornou-se proprietária com a escritura pública, e o registro posterior da segunda compra possui natureza meramente declaratória.

20. A respeito de conceitos fundamentais do processo civil, correlacione a Coluna II de acordo com a Coluna I.

Coluna I

1. Incompetência absoluta.
2. Competência relativa.
3. Incapacidade processual.
4. Legitimidade extraordinária.

Coluna II

() Autoriza a parte, nos casos previstos pelo ordenamento, a pleitear em nome próprio direito pertencente a outra pessoa.

() Leva o juiz a suspender o processo e fixar prazo razoável para a regularização antes da aplicação da consequência processual cabível.

() Pode ser conhecida de ofício em qualquer tempo e grau de jurisdição e decorre de critério que as partes não podem modificar por convenção.

() Prorroga-se quando o réu deixa de alegá-la em preliminar de contestação, ressalvadas as hipóteses legais de controle de cláusula abusiva.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- A)** 1 - 4 - 3 - 2.
B) 3 - 2 - 4 - 1.
C) 4 - 1 - 2 - 3.
D) 4 - 3 - 1 - 2.
E) 2 - 3 - 1 - 4.

21. Sobre as fases iniciais do procedimento comum e a tutela provisória, analise as afirmativas a seguir.

I. Antes da citação, o autor pode aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir independentemente do consentimento do réu.

II. Depois da citação e até o saneamento, a alteração do pedido ou da causa de pedir depende do consentimento do réu e da observância do contraditório.

III. A reconvenção deve ser apresentada em petição autônoma, com distribuição por dependência e recolhimento de novas custas iniciais.

IV. A tutela de urgência pressupõe elementos que indiquem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

V. A tutela da evidência depende, em qualquer hipótese legal, da demonstração conjunta do perigo de dano e da probabilidade do direito.

Marque a opção que apresenta apenas afirmativas CORRETAS.

- A)** I, III e V.
B) II, IV e V.
C) I, II e IV.
D) II, III e IV.
E) I, IV e V.

22. Assinale a alternativa que apresenta a aplicação CORRETA do princípio da primazia da realidade quando o contrato qualifica a atividade como externa e incompatível com controle de jornada, mas a rotina exige login em horário fixo, geolocalização contínua, roteiro definido e comunicação imediata de cada pausa.

A) A definição prévia de roteiro caracteriza orientação empresarial ordinária, e a conjugação dos mecanismos digitais mantém íntegra a incompatibilidade com o controle.

B) A realidade da prestação prevalece sobre a forma documental, e os mecanismos de acompanhamento podem demonstrar controle efetivo da jornada cumprida pelo empregado.

C) A geolocalização caracteriza medida de segurança operacional, e sua utilização impede que os demais registros revelem fiscalização dos horários efetivamente cumpridos.

D) A execução fora do estabelecimento afasta o regime de duração do trabalho, ainda que a empresa controle digitalmente os horários e as pausas.

E) A cláusula de trabalho externo prevalece sobre os registros digitais, pois a assinatura do contrato fixa definitivamente o regime jurídico aplicável à jornada.

23. Na análise dos elementos que distinguem a relação de emprego das demais relações de trabalho, marque V para verdadeiro ou F para falso.

() A prestação pessoal, onerosa, subordinada e não eventual reúne os elementos centrais da relação de emprego.

() A exclusividade integra os requisitos legais indispensáveis à configuração do vínculo empregatício.

() O trabalho eventual pode constituir relação de trabalho, embora permaneça fora da estrutura típica da relação de emprego.

() A remuneração variável transfere ao empregado os riscos econômicos do empreendimento desenvolvido pelo empregador.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- A)** F - V - V - F.

- B) V - F - V - F.
C) F - F - V - V.
D) V - F - F - V.
E) V - V - F - F.

24. Três sociedades possuem dois sócios em comum, mas atuam em mercados distintos, mantêm direção própria e conduzem separadamente suas relações de trabalho. Um empregado pede a responsabilidade solidária das três empresas com fundamento na existência de grupo econômico. É CORRETO afirmar que:

- A) a responsabilidade solidária decorre da afinidade empresarial entre os sócios, ainda que as sociedades desenvolvam objetos sociais e estruturas administrativas distintos.
B) o compartilhamento de investidores configura o grupo econômico quando as empresas possuem capacidade financeira conjunta para satisfazer o crédito trabalhista.
C) o grupo econômico exige direção hierárquica exercida por uma sociedade controladora, ficando afastada a coordenação empresarial entre pessoas jurídicas autônomas.
D) a identidade parcial dos sócios caracteriza o grupo econômico e atrai a responsabilidade solidária pelas obrigações trabalhistas de cada sociedade.
E) o reconhecimento depende de interesse integrado, comunhão efetiva de interesses e atuação conjunta, sendo insuficiente a coincidência isolada de sócios.

25. Com relação a um contrato de experiência celebrado por quarenta e cinco dias e prorrogado uma única vez por igual período, assinale a alternativa que indica o efeito jurídico CORRETO.

- A) O contrato permanece válido por prazo determinado, pois totaliza noventa dias e recebeu uma única prorrogação dentro do limite legal.
B) O contrato transforma-se em contrato por prazo indeterminado no momento da prorrogação, pois a experiência admite um único período previamente fixado.
C) O contrato admite prorrogação por mais noventa dias, pois cada período contratual pode alcançar isoladamente o limite próprio da experiência.
D) O contrato mantém o prazo determinado quando a prorrogação é autorizada por convenção coletiva, requisito indispensável para ampliar o período inicial.
E) O contrato pode receber duas novas prorrogações, desde que a soma dos períodos permaneça abaixo do limite geral de dois anos.

26. Uma empresa transfere temporariamente um empregado para outra cidade, com mudança de domicílio, diante de necessidade comprovada do serviço. O trabalhador permanece no novo local enquanto durar o projeto e recebe o salário

contratual. Marque a alternativa CORRETA sobre os efeitos da transferência.

- A) A transferência temporária autoriza a mudança diante da necessidade do serviço e assegura adicional mínimo de vinte e cinco por cento enquanto ela perdurar.
B) A transferência depende de conveniência empresarial ordinária, e o adicional de dez por cento permanece devido enquanto durar a mudança de localidade.
C) A concordância do empregado afasta o adicional de transferência, pois a anuência converte a mudança temporária em alteração contratual bilateral plenamente remunerada.
D) O custeio das despesas de mudança substitui o adicional de transferência, pois as duas parcelas possuem natureza indenizatória e finalidade econômica equivalente.
E) A transferência torna-se definitiva com a mudança de domicílio, e o adicional de vinte e cinco por cento incorpora-se ao salário depois do retorno.

27. Sobre a suspensão e a interrupção do contrato de trabalho, analise as afirmativas a seguir.

- I. A licença remunerada constitui interrupção contratual, pois a prestação de serviços cessa temporariamente e o empregador mantém o salário e a contagem do período.
II. Nos afastamentos por incapacidade temporária, os primeiros quinze dias pagos pelo empregador configuram interrupção, e o período de benefício previdenciário configura suspensão.
III. A suspensão disciplinar regularmente aplicada, por até trinta dias, afasta a prestação de serviços e o pagamento do salário correspondente ao período.
IV. A convocação para o serviço militar obrigatório extingue o contrato por impossibilidade temporária de prestação pessoal do trabalho.
V. A suspensão para qualificação profissional pode durar de dois a cinco meses e depende de previsão coletiva e concordância formal do empregado.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

- A) I, II, IV e V.
B) I, II, III e V.
C) I, II e IV.
D) II, III e V.
E) I, III, IV e V.

28. Com relação à extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, assinale a alternativa que apresenta os efeitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

- A) O empregado recebe integralmente o aviso-prévio indenizado e metade da indenização compensatória do FGTS, movimenta vinte por cento dos depósitos e fica fora do seguro-desemprego.
B) O empregado recebe metade do aviso-prévio e das demais verbas rescisórias, movimenta integralmente os depósitos do

PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO DE NÍVEL SUPERIOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 6ª REGIÃO – 2026

DIREITO – GRADUAÇÃO

FGTS e conserva o acesso ao seguro-desemprego durante o período legal de concessão.

C) O empregado recebe integralmente o aviso-prévio e a indenização compensatória do FGTS, movimenta até oitenta por cento dos depósitos e conserva o acesso ao seguro-desemprego.

D) O empregado recebe metade do aviso-prévio trabalhado e das férias proporcionais, movimenta metade dos depósitos do FGTS e fica fora do seguro-desemprego durante o período legal.

E) O empregado recebe metade do aviso-prévio indenizado e da indenização compensatória do FGTS, as demais verbas integralmente, movimenta até oitenta por cento dos depósitos e fica fora do seguro-desemprego.

29. Numa relação de emprego iniciada depois de 11 de novembro de 2017, um empregado sujeito a jornada diária superior a seis horas usufrui trinta minutos de intervalo intrajornada. O contrato e as normas coletivas aplicáveis preservam o intervalo mínimo de uma hora. Assinale a alternativa que apresenta a consequência CORRETA.

A) O empregador fica sujeito à sanção administrativa, enquanto o período reduzido permanece absorvido pelo salário pago durante a jornada.

B) O empregador deve pagar os trinta minutos suprimidos com acréscimo de cem por cento, em parcela incorporada à remuneração mensal.

C) O empregador deve pagar a hora integral de forma simples, pois o intervalo integra o tempo de trabalho colocado à sua disposição.

D) O empregador deve pagar os trinta minutos suprimidos com acréscimo de cinquenta por cento, em parcela de natureza indenizatória.

E) O empregador deve pagar a hora integral com acréscimo de cinquenta por cento, em parcela de natureza salarial e reflexos contratuais.

30. A respeito das parcelas pagas durante o contrato de trabalho, correlacione a Coluna II de acordo com a Coluna I.

Coluna I

1. Salário-base.
2. Gorjeta.
3. Prêmio.
4. Diária de viagem.

Coluna II

() Liberalidade concedida em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício das atividades.

() Valor entregue por terceiros ao empregado em razão do serviço, que integra sua remuneração.

() Contraprestação fixa paga diretamente pelo empregador em razão do trabalho contratado.

() Quantia destinada às despesas de deslocamento, excluída da remuneração mesmo quando paga habitualmente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) 2 - 3 - 1 - 4.

B) 3 - 2 - 1 - 4.

C) 3 - 1 - 4 - 2.

D) 1 - 4 - 2 - 3.

E) 4 - 2 - 3 - 1.

31. Um empregado mensalista trabalha no domingo destinado ao repouso semanal e o empregador deixa de conceder folga compensatória em outro dia. A remuneração mensal ordinária foi paga no prazo. É CORRETO afirmar que:

A) o trabalho dominical gera pagamento simples das horas prestadas, acrescido do repouso correspondente na semana seguinte ao encerramento da folha.

B) o trabalho dominical gera uma folga futura a critério do empregador, e sua concessão posterior afasta qualquer repercussão remuneratória do período.

C) o trabalho dominical deve ser remunerado em dobro, preservada a remuneração relativa ao repouso semanal incluída no salário do empregado.

D) o trabalho dominical gera adicional de cinquenta por cento, calculado sobre as horas prestadas, pois o repouso já integra a remuneração mensal.

E) o trabalho dominical está abrangido pelo salário mensal, e o pagamento adicional decorre da eventual extrapolação do limite diário previsto no contrato.

32. Com relação ao fracionamento das férias individuais, assinale a alternativa que indica a regra CORRETA prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.

A) As férias podem ser divididas em até três períodos por decisão empresarial, cada qual composto por ao menos sete dias corridos e comunicado previamente.

B) As férias podem ser divididas em quatro períodos, com um deles de ao menos dez dias e os demais compostos por cinco dias corridos.

C) As férias podem ser divididas em dois períodos por acordo individual, sendo um de ao menos quinze dias e o outro de ao menos dez dias.

D) As férias podem ser divididas em dois períodos, cada qual com ao menos dez dias corridos, mediante concordância do empregado e autorização sindical.

E) As férias podem ser fracionadas em até três períodos, com concordância do empregado, um de quatorze dias e os demais de cinco dias, no mínimo.

33. Uma empregada ajuizou reclamação dentro do biênio posterior ao término do contrato e formulou pedidos de horas extras e diferenças decorrentes de reajuste previsto em convenção coletiva. O processo foi extinto sem resolução do

mérito. Mais tarde, ela apresentou nova ação com os dois pedidos anteriores e acrescentou pedido de equiparação salarial. Marque a alternativa CORRETA sobre a interrupção da prescrição.

A) A primeira ação interrompe a prescrição dos pedidos de horas extras e reajuste coletivo, pois o efeito fica restrito aos pedidos idênticos.

B) A interrupção alcança os três pedidos quando a segunda ação é distribuída ao mesmo juízo, ainda que a equiparação tenha surgido depois.

C) A extinção processual elimina o efeito interruptivo, pois a prescrição trabalhista exige decisão de mérito favorável à trabalhadora na primeira ação.

D) A primeira ação interrompe a prescrição quanto a todas as pretensões do contrato, pois os pedidos possuem origem na mesma relação de emprego.

E) A interrupção depende da citação válida da empresa, e o ajuizamento perante juízo incompetente produz efeito suspensivo sobre os pedidos formulados.

34. Na definição da competência material da Justiça do Trabalho, marque V para verdadeiro ou F para falso.

() As ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho inserem-se na competência da Justiça do Trabalho.

() As ações que envolvem o exercício do direito de greve por trabalhadores submetidos ao regime celetista pertencem à competência da Justiça do Trabalho.

() As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização trabalhista pertencem à Justiça Federal comum.

() As causas entre o Poder Público e seus servidores submetidos a regime estatutário pertencem à Justiça do Trabalho.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

A) F - F - V - V.

B) V - V - F - F.

C) F - V - F - V.

D) V - F - F - V.

E) V - F - V - F.

35. A irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias constitui regra no processo do trabalho. Com relação à decisão que acolhe exceção de incompetência territorial e determina a remessa dos autos a uma Vara do Trabalho vinculada a Tribunal Regional do Trabalho distinto, assinale a alternativa que apresenta a exceção recursal CORRETA.

A) A decisão permanece irrecorrível de imediato e pode ser questionada no recurso interposto contra a sentença proferida pelo juízo destinatário.

B) A decisão pode ser impugnada por mandado de segurança, ainda que exista recurso próprio e o deslocamento decorra das regras de competência territorial.

C) A decisão admite recurso ordinário imediato, pois a remessa para órgão vinculado a Tribunal Regional distinto constitui exceção reconhecida pela jurisprudência trabalhista.

D) A decisão pode ser impugnada por agravo de instrumento, recurso destinado ao reexame imediato do mérito das decisões interlocutórias trabalhistas.

E) A decisão pode ser impugnada por correção parcial, pois o reconhecimento da incompetência territorial configura erro procedimental sujeito à atuação administrativa.

36. Uma empresa apresenta contestação escrita no Processo Judicial Eletrônico antes da audiência. Depois de tomar ciência da defesa, o reclamante pede a desistência integral da ação, e a empresa manifesta oposição. É CORRETO afirmar que:

A) a desistência depende de concordância judicial até o início da instrução, enquanto a manifestação da empresa possui caráter consultivo nessa fase processual.

B) a desistência pode ser homologada por iniciativa do reclamante até a abertura da audiência, pois a defesa eletrônica produz efeitos depois da tentativa conciliatória.

C) a desistência torna-se inviável com a apresentação da defesa, e o processo deve prosseguir até sentença mesmo quando a empresa concorda com o pedido.

D) a desistência depende do consentimento da empresa, pois a contestação já foi oferecida, inclusive por meio eletrônico, antes do pedido do reclamante.

E) a desistência exige anuência da empresa depois do encerramento da instrução, permanecendo livre enquanto a audiência ainda estiver na fase conciliatória.

37. Numa reclamação trabalhista, os controles de acesso e os registros eletrônicos necessários à prova permanecem sob domínio técnico da empresa, enquanto o empregado enfrenta dificuldade excessiva para obtê-los. O juiz avalia a distribuição dinâmica do ônus probatório. Marque a alternativa CORRETA.

A) O juiz pode atribuir o encargo de modo diverso por decisão fundamentada, antes da instrução, garantindo oportunidade de cumprimento e evitando prova impossível ou excessivamente difícil.

B) O juiz deve manter a distribuição legal quando a empresa detém os registros, pois a aptidão probatória se limita à valoração final das provas apresentadas.

C) O juiz pode redistribuir o encargo depois da audiência de instrução, desde que a decisão utilize os elementos já produzidos e preserve a duração razoável do processo.

D) O juiz pode redistribuir o encargo na sentença, pois a parte afetada poderá discutir a medida no recurso ordinário e produzir documentos na fase recursal.

E) O juiz deve transferir todo o ônus à empresa, pois a maior capacidade econômica determina automaticamente a responsabilidade pela prova de cada fato controvertido.

38. Sobre os recursos no processo do trabalho, analise as afirmativas a seguir.

DIREITO – GRADUAÇÃO

I. O recurso ordinário pode ser interposto no prazo de oito dias contra as decisões definitivas ou terminativas das Varas e dos Juízos do Trabalho.

II. O agravo de petição exige delimitação justificada das matérias e dos valores impugnados, permitindo a execução imediata da parte remanescente.

III. Os embargos de declaração possuem prazo de cinco dias e interrompem o prazo para outros recursos, salvo quando intempestivos, irregulares na representação ou sem assinatura.

IV. O agravo de instrumento constitui o recurso ordinariamente destinado ao reexame do mérito das decisões interlocutórias proferidas durante a instrução.

V. Os recursos trabalhistas possuem efeito suspensivo como regra, ficando a execução condicionada ao julgamento definitivo da impugnação.

Marque a opção que apresenta apenas afirmativas CORRETAS.

A) I, II e V.

B) I, II e III.

C) I, III e IV.

D) II, IV e V.

E) II, III e V.

39. Com relação ao início da execução do crédito trabalhista reconhecido em sentença depois do trânsito em julgado, quando ambas as partes estão representadas por advogados, assinale a alternativa que apresenta a regra CORRETA.

A) O juízo deve iniciar a execução de ofício após a liquidação, pois o impulso oficial acompanha o processo trabalhista até a satisfação do crédito.

B) A secretaria deve expedir automaticamente a ordem de pagamento, ficando a manifestação do credor limitada à indicação de bens para reforçar a garantia.

C) O Ministério Público do Trabalho deve requerer a execução, pois a natureza alimentar do crédito exige atuação institucional depois do trânsito em julgado.

D) A execução deve ser promovida pelas partes, ficando a iniciativa de ofício reservada às situações em que elas atuam desassistidas por advogado.

E) O devedor deve iniciar a execução mediante depósito espontâneo, e a falta de pagamento autoriza a atuação judicial independentemente de provocação.

40. Um advogado pretende protocolar uma petição no Processo Judicial Eletrônico no último dia útil do prazo. Nesse dia, ocorreu indisponibilidade do sistema oficialmente reconhecida e enquadrada nas hipóteses regulamentares que produzem prorrogação automática. Assinale a alternativa que apresenta a regra CORRETA.

A) A petição é tempestiva até as vinte e quatro horas do último dia, e a indisponibilidade qualificada prorroga o prazo ao primeiro dia útil após a resolução.

B) A petição deve ser transmitida até as vinte horas do último dia, limite uniforme adotado para o processamento nacional dos arquivos encaminhados ao sistema.

C) A petição pode ser enviada ao correio eletrônico institucional até o fim do último dia, cabendo à secretaria inseri-la posteriormente no sistema oficial.

D) A petição deve ser transmitida até o encerramento do expediente forense, pois o horário da unidade limita a prática dos atos eletrônicos no último dia.

E) A petição pode ser transmitida até a primeira hora do dia seguinte, desde que o advogado tenha iniciado o envio durante o último dia destinado ao ato.